

Renato Vaquelli Fazanaro

**OS INDÍCIOS E A
PROVA INDICIÁRIA
NO DIREITO
PROCESSUAL**
um estudo necessário

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições Juspodivm

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Ana Caquetti

139 Os indícios e a prova indiciária no Direito Processual: um estudo necessário /
Renato Vaquelli Fazanaro – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.
400 p. (Eduardo Espínola / Coordenador Fredie Didier Jr.)

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5680-821-5

1. Direito Processual Civil. I. Fazanaro, Renato Vaquelli. II. Didier Jr., Fredie.
III. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
 <i>CAPÍTULO 1</i>	
PREMISSAS PROPEDÊUTICAS NECESSÁRIAS À COMPREENSÃO DO TEMA	29
1.1. Sistema processual civil: conceitos e atributos	30
1.2. Direito fundamental à prova	45
1.3. A simbiose entre o processo penal e o processo civil (teoria geral do processo) aplicada ao âmbito probatório: teoria geral da prova judicial	62
1.4. A busca da verdade dos fatos no processo: apresentação do problema e premissas epistemológicas	69
 <i>CAPÍTULO 2</i>	
VERDADE, PROVA E PROCESSO	81
2.1. Busca-se comprovar a veracidade das alegações de fatos, não dos próprios fatos.....	93
2.2. A verdade possível no processo: aspectos objetivo e subjetivo	97
2.2.1. A verdade objetiva	97
2.2.2. O aspecto subjetivo da busca da verdade: possibilidade, probabilidade ou certeza?	101
2.2.2.1. Verossimilhança e probabilidade: um esclarecimento necessário	116
2.2.2.2. Juízo de certeza e juízo de probabilidade.	123
2.3. Verdade como valor da atividade probatória	125

CAPÍTULO 3

TEORIA GERAL DA PROVA JUDICIAL: PREMISSAS ESSENCIAIS	133
3.1. Noções gerais	133
3.2. O que é a prova – conceito de prova judicial	137
3.2.1. Sentido comum/ordinário.....	138
3.2.2. Sentido jurídico	139
3.2.3. Sentidos objetivo e subjetivo	143
3.2.4. Prova de fatos passados, presentes e futuros.....	144
3.2.5. A finalidade da prova	145
3.3. O que se prova – objeto da prova e tema da prova (<i>thema probandum</i>)	148
3.3.1. Fatos principais e fatos secundários – Prova direta e indireta/circunstancial	156
3.3.1.1. Verdade relativa e prova indireta	163
3.4. Quem prova – A regra do ônus ou carga da prova	165
3.5. Para quem se prova – destinatário(s) das provas	170
3.6. Com que se prova – uma nova (a)tipicidade dos meios probatórios.....	178
3.6.1. Fontes e meios de prova	178
3.6.2. Os limites ao direito fundamental à prova e a noção de admissibilidade da prova.....	180
3.6.3. Por uma um novo ideal de (a)tipicidade dos meios probatórios.....	186
3.6.3.1. Apresentação do problema.....	186
3.6.3.2. A noção de tipo, suas funções e o método tipológico	187
3.6.3.3. A (a)tipicidade no processo civil moderno e no direito probatório.....	192
3.6.3.3.1. Conceito de “prova (a)típica” pela abordagem tradicional.....	193
3.6.3.3.2. Os meios de prova (a)típicos e o método tipológico: uma nova abordagem ..	195
3.6.4. A admissibilidade e o juízo de relevância dos meios de prova	199

3.7. Valor da prova – a insuficiência dos sistemas tradicionais e os <i>standards</i> de prova como necessária ferramenta epistemológica	205
3.7.1. Noções gerais	205
3.7.2. Sistemas tradicionais de valoração das provas	212
3.7.3. <i>Standards</i> de prova ou modelos de constatação	217

CAPÍTULO 4

OS INDÍCIOS E O PROCESSO CIVIL: ASPECTOS TEÓRICOS	223
--	------------

4.1. Considerações iniciais	223
--	------------

4.1.1. Etimologia e conceituação	223
4.1.2. Breve esboço histórico	232
4.1.3. Natureza jurídica	235
4.1.4. A estrutura da prova indiciária	238
4.1.4.1. Fato indiciário ou fato base	238
4.1.4.2. Fato indiciado ou fato consequência	239
4.1.4.3. Raciocínio presuntivo: as máximas de experiência como critério cognitivo	240
4.1.5. Classificação ou classes dos indícios	243

4.2. Indícios, presunções judiciais, máximas de experiência e prova <i>prima facie</i>: esclarecimento indispensável	246
---	------------

4.2.1. Indícios e presunções judiciais	246
4.2.2.1. As presunções legais	252
4.2.2.2. A “presunção” do art. 212, inciso IV, do Código Civil	256
4.2.2.3. Presunção da presunção (<i>praesumptum de praesumpto</i>): indícios de segundo grau	260
4.2.2. Indícios e máximas de experiência	264
4.2.3. Prova indiciária e prova <i>prima facie</i>	270

4.3. O sistema processual e a prova indiciária	273
---	------------

4.3.1. Notícia histórica	274
4.3.2. O direito comparado	278
4.3.2.1. Itália	278

4.3.2.2.	Espanha	279
4.3.2.3.	Colômbia	279
4.3.2.4.	Panamá	280
4.3.2.5.	Peru.....	280
4.3.3.	Código de Processo Penal	282
4.3.4.	Código de Processo Penal Militar.....	284
4.3.5.	O sistema processual civil.....	284
4.3.5.1.	A admissibilidade da prova indiciária no sistema processual civil.....	288
4.4.	A força probante dos indícios	294
4.4.1.	A prova indiciária no contexto geral das demais provas: hierarquia, subsidiariedade ou equivalência?	301
4.5.	A valoração da prova indiciária	307
4.5.1.	Aspectos fundamentais.....	307
4.5.2.	Indícios graves, precisos e concordantes.....	311
4.5.2.1.	As teorias de valoração dos indícios.....	314
4.5.3.	Modelos de constatação (ou <i>standards</i> de prova) e a prova indiciária	317
4.5.4.	Unitariedade ou pluralidade de indícios.....	321
4.5.5.	Os limites da prova indiciária.....	323
4.5.5.1.	Requisitos dos indícios e da prova indiciária: existência, validade e eficácia.....	325
4.5.5.1.1.	Requisitos de existência dos indícios...	325
4.5.5.1.2.	Requisitos de validade da prova indiciária	325
4.5.5.1.3.	Requisitos de eficácia dos indícios.....	327
4.5.5.2.	Apontamentos conclusivos	329
 CAPÍTULO 5		
OS INDÍCIOS E O PROCESSO CIVIL: ASPECTOS PRÁTICOS		331
5.1.	A essencialidade da prova indiciária para comprovação de fraudes	332
5.1.1.	Fraudes patrimoniais e societárias	335

5.1.1.1. Os indícios e a prova indiciária como forma de garantir a efetividade dos atos executivos	345
5.1.2. Os indícios como instrumento de comprovação das intenções	347
5.2. O comportamento das partes em juízo: indícios endo-processuais	353
5.3. A prova indiciária nas demandas envolvendo direito de família	359
5.4. O papel dos indícios nas tutelas inibitórias	365
CONCLUSÃO	371
POSFÁCIO	383
REFERÊNCIAS	385